

O vinho e o Ribatejo

Terá sido por volta de 2000 a.C. que os Tartessos trouxeram a vinha e o vinho para o que viria a ser 3 mil anos depois Portugal.

De resto a história daquele que foi apelidado *néctar dos deuses* e o país de Afonso Henriques faz-se de uma comunhão quase perfeita em que o Ribatejo é fio condutor.

O próprio fundador da nacionalidade deixou no Foral de Santarém [1170] referência aos vinhos da região.

Cimentada pelo Tejo que a faz pulsar de vida com as suas cheias, a região vitivinícola cresceu assente nas suas idiossincrasias produtivas.

“

O clima da Região é sul-mediterrânico temperado, influenciado pelo rio Tejo que a percorre, com uma queda anual pluviométrica de cerca de 500-600 mm.

**O CAMPO**, com as suas extensas planícies, adjacente ao Rio Tejo, conhecido também como a **LEZÍRIA DO TEJO**, sujeita a inundações periódicas, que se causam alguns transtornos, são também responsáveis pelos elevados índices de fertilidade que aqueles solos de aluvião possuem, é, por excelência a zona dos vinhos brancos, onde predominam as castas Fernão Pires, Arinto e Verdelho.

**O BAIRRO**, situado entre o Vale do Tejo e os contrafortes dos maciços de Porto de Mós, Candeeiros e Montejunto, com solos argilo-calcários em ondulos suaves, é a zona ideal para as castas tintas, nomeadamente Touriga Nacional, Trincadeira e Cabernet Sauvignon.

**A CHARNECA**, localizada a sul do CAMPO, na margem esquerda do Rio Tejo, com solos arenosos e medianamente férteis, se por um lado apresenta rendimentos abaixo da média da Região, por outro lado induz a um afinamento, quer de vinhos brancos, quer de vinhos tintos.

”

Mas voltemos à história. Entre 1183 e 1367 só a zona vitivinícola do Cartaxo terá exportado cerca de 500 navios carregados com toneis de vinho que atingiram o valor de 12000 reis num só ano. E há mais, porque os registos históricos mostram-nos que durante o reinado de D. Fernando (1367 - 1383) *Flandres, Alemanha, Castela, Leão e a Galiza se proviam de azeite e vinho de Santarém*. No entanto o período de maior relevo para a produção vinícola do Ribatejo durante a Idade Média terá sido o último quartel do século XIII em que a exportação atingiu um pico de quase 30 000 pipas com destino à Inglaterra.

Seguem-se os Descobrimentos. Portugal dá novos mundos ao Mundo e a eles leva o vinho que por cá se produzia, ainda mais apetecido devido ao seu envelhecimento em pleno alto mar, ficando conhecido por *Vinho da Roda*.

Mais tarde, em 1703, é assinado o Tratado de Methuen entre Portugal e Inglaterra, que concedia um regime especial de tributação aos vinhos portugueses importados pelo reino Britânico. Em 1712 Vicencio Alarte publica a primeira obra literária portuguesa dedicada ao *vinho Agricultura das vinhas, e tudo o que pertence a ellas, até perfeito recolhimento do vinho, e relação das suas virtudes, e da cêpa, vides, folhas e borras*.

Um século que se revelou de enorme importância para o país e também para a região ribatejana. Num exemplo, foi em 1735 que D. Pedro de Almeida Portugal ordena a construção da Quinta do Vale de Nabais, que viria a ser mais tarde a Quinta da Alorna.

Mas o crescimento da vinha na região sofreria um grave revés em 1765, ano em que o Marquês de Pombal ordenou por decreto o arranque das vinhas plantadas nos campos do Tejo e a sua substituição por trigo e centeio, a fim de tornar o Douro a região vitivinícola de excelência no país, e criar novas potencialidades económicas no Ribatejo.

Assim, durante a década de 1770, a região viria a sofrer mudanças drásticas no seu tecido produtivo e económica. Na Quinta de Vale de Nabais é plantada uma grande extensão de amoreiras, instala-se em Almeirim a Real Fábrica do Algodão e em Tomar uma outra, sendo esta considerada a primeira a utilizar técnicas modernas de fiação em Portugal.

Uma estratégia que se viria a revelar errada. As condições climáticas e as do solo não propiciam aquele tipo de cultura, o que deixou a região num limbo durante quase 80 anos, até que José Dias Leite Sampaio, Barão da Junqueira, negociante altamente bem-sucedido, compra a Quinta da Alorna e ordena em 1844 a plantação de uma enorme área de vinha da casta Fernão Pires, o que veio mesmo alterar a paisagem daquela região e despoletou desde então uma procura intensiva por parte dos restantes produtores por esta casta.

A vinha e a sua importância cresciam em todo o país, com especial impacto no ribatejo, mas ao mesmo tempo eram descobertos novos problemas. Desta vez doenças inéditas nas videiras nacionais. Primeiro em 1851 manifesta-se o oídio e 14 anos depois, em 1865, é identificada a filoxera em Portugal, praga que viria a provocar um prejuízo incalculável de norte a sul, destruindo por completo centenas de vinhas. Mas destas pragas resultou também a introdução de um novo modelo de pensamento na viticultura, colocando de parte as técnicas exclusivamente empíricas de cultivo adotando uma outra mais científica, que promovia a pesquisa, experimentação e introdução de novos bacelos e técnicas de aplicação de fitofármacos. Mas de facto o impacto da filoxera foi tal nas vinhas portuguesas, e nomeadamente, nas ribatejanas, que foi mesmo constituída uma comissão real encarregue da avaliação do estado da região vinícola, com António Augusto de Aguiar, professor de Química e membro da Academia das Ciências de Lisboa a visitar a região vitivinícola do Ribatejo. Em 1883 o Ribatejo era a segunda zona mais afetada pela filoxera no país com 5810ha de vinhas invadidas e 154 de vinhas totalmente destruídas. 3 anos mais tarde já o número de vinhas infetadas tinha crescido 58%.

Um período negro para a produção vinícola da região mas que viria a ser minimizado principalmente com a replantação de vinhas com cepas americanas, fazendo com que a região se tornasse num dos principais produtores de vinho no período *pós-filoxera*.

Virado o século é em Paris que, na Exposição Universal, Cincinnato da Costa apresenta a obra fundamental *Portugal Vinícola*, enquanto em solo luso se faziam ouvir, cada vez mais intensamente, as vozes críticas à monarquia constitucional, ocorrendo mesmo em 1907 um grande movimento de produtores de vinho ribatejanos, encabeçado por José Relvas, contra o regime. Em 1914, ano marcado pelo início I Guerra Mundial, é constituída em Almeirim a Sociedade Agrícola da Alorna.

Entretanto a rivalidade entre as principais regiões vitivinícolas portuguesas, assente na crise económica global que diminuiu as exportações, aliadas ao *superavit* da produção nacional de vinho aumentava de tom. Pedia-se no Douro que fosse proibida a plantação de nova vinha em zonas em que fossem possíveis outras culturas. Por outro lado no Ribatejo a crítica a tal posição era feroz. Ainda assim não foi suficiente e por decreto o Estado Novo proibiu mesmo a plantação de novas vinhas nesta região vitivinícola. No entanto, e após profundas remodelações jurídicas no sector, é também criada a Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal em 1933 e 3 anos mais tarde a região Ribatejo é formalmente constituída pela reforma administrativa de 1936.

As alterações sucediam-se, num período marcado pela palavra de ordem *beber vinho é dar o pão a um milhão de portugueses*, frase que surge após a criação da Junta Nacional do Vinho, em 1937.

Já em 1954 realiza-se a primeira Feira do Ribatejo e 3 anos mais tarde a região e as suas vinhas são visitadas pela Rainha Isabel II de Inglaterra, durante a sua estadia em Portugal. Em 1958 é constituída a Adega Cooperativa de Almeirim, uma das maiores em capacidade produtiva na região.

Em 1986, e após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, a Junta Nacional do Vinho é substituída pelo recém-criado Instituto da Vinha e do Vinho, e em 1989 são, por fim e com grande desfasamento temporal face a outras regiões, instituídas 6 indicações de proveniência regulamentada para a região do Ribatejo [Almeirim, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Santarém e Tomar] que continuava ainda assim a ser caracterizada pela sua grande capacidade produtiva, ao invés da qualidade ainda pouco reconhecida.

Mais de uma década depois, em 1997, surge a Comissão Vitivinícola Regional do Ribatejo e um ano mais tarde a Associação da Rota dos Vinhos do Tejo.

Já no ano 2000 o Ribatejo recebe a Denominação de Origem Controlada (D.O.C.) e por fim, em 2008, surge a Comissão Vitivinícola Regional do Tejo na sequência de uma alteração de paradigma no que concerne à qualidade dos vinhos face à quantidade e à adequação histórica de um nome, Tejo, que acompanha estes vinhos desde, pelo menos, o séc. XIX

Hoje a Região tem cerca de 19989ha plantados de vinha que representam cerca de 8.5% do total nacional. 11993ha são de castas brancas e 7996ha de castas tintas, que, no conjunto, produzem anualmente cerca de 665000hl de vinha, isto é, cerca de 9.5% do total nacional.

Cerca de 80000hl são certificados [81% são vinho regional e 19% são vinhos com Denominação de Origem Controlada (D.O.C.)] e destes 30% destinam-se à exportação.

Tradicionalmente de vinhas baixas a região tem vindo a sofrer algumas alterações nos últimos anos com a introdução da vindima mecânica que provocou alterações na altura.